

## Dedicatória, Prefácios e Posfácios

Enviado por tradução e notas de J. Almeida  
30-Out-2008  
Actualizado em 20-Jun-2009

**DEDICATÓRIA, PREFÁCIOS E POSFÁCIOS ATÉ À SEGUNDA EDIÇÃO ALEMÃ DEDICADO** Ao meu inesquecível amigo, ao corajoso, fiel e nobre pioneiro do proletariado, Wilhelm Wolff Nascido em Tarnau, a 21 de Junho de 1809, falecido no exílio, em Manchester, a 9 de Maio de 1864.

**PREFÁCIO DA EDIÇÃO FRANCESA AO CIDADÃO MAURICE LA CHÂTRE** Caro cidadão, Eu aplaudo a vossa ideia de publicar a tradução de «Das Kapital» em fascículos periódicos. Sob essa forma a obra será mais acessível à classe operária, e para mim esta consideração suplanta qualquer outra. Aí está o lado bom da vossa medalha, mas eis aqui o seu reverso: o método de análise que empreguei e que ainda não havia sido aplicado aos temas económicos torna bastante árdua a leitura dos primeiros capítulos, e é de recear que o público francês, sempre impaciente por inferir, ávido de conhecer a relação dos princípios gerais com as questões imediatas que o apaixonam, desanime por não poder passar logo adiante. Aqui está uma desvantagem contra a qual nada posso senão, entretanto, prevenir e premunir os leitores que se preocupam com a verdade. Não há estrada real para a ciência, e só têm possibilidade de chegar aos seus cumes luminosos aqueles que não temem fatigar-se a transpor as suas sendas escarpadas. Recebei, caro cidadão, o penhor dos meus mais devotados cumprimentos. Karl Marx Londres, 18 Março 1872.

**Sobre as notas:** As notas numeradas a azul, como (1), são notas do próprio Marx. As notas a verde, como (I), são da responsabilidade do tradutor. As palavras a vermelho não correspondem a uma tradução literal e, portanto, não pertencem ao próprio texto, tendo sido introduzidas no propósito de lhe facilitar a leitura.

**POSFÁCIO DA EDIÇÃO FRANCESA AVISO AO LEITOR** O Sr. Joseph Roy tinha-se comprometido a dar uma tradução tão exacta e mesmo tão literal quanto possível; ele cumpriu escrupulosamente a sua tarefa. Mas esses seus mesmos escrúpulos obrigaram-me a modificar a redacção do texto no propósito de torná-la mais acessível ao leitor. Estas correcções feitas dia a dia, visto que o livro se publicava por fascículos, foram executadas com uma atenção desigual e tinham que produzir discordâncias de estilo. Uma vez que havia empreendido este trabalho de revisão, fui levado a aplicá-lo também ao fundo do texto original (a segunda edição alemã), a simplificar alguns desenvolvimentos, a completar outros, a dar materiais históricos ou estatísticos adicionais, a acrescentar observações críticas, etc. Quaisquer que sejam, pois, as imperfeições literárias desta edição francesa, ela possui um valor científico independente do original e deve ser consultada mesmo pelos leitores familiarizados com a língua alemã. Dou abaixo as partes do posfácio da segunda edição alemã que tratam do desenvolvimento da economia política na Alemanha e do método que é empregue nesta obra (I). Karl Marx Londres, 28 Abril 1875. (I) o posfácio à 2ª edição alemã está aqui editado na íntegra (logo após o prefácio à 1ª edição alemã).

**PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO ALEMÃ** A obra cujo primeiro volume eu entrego ao público forma a continuação de um escrito publicado em 1859, sob o título de: Crítica da Economia política. Este longo intervalo entre as duas publicações foi-me imposto por uma doença de vários anos. A fim de dar a este livro um complemento necessário, inseri nele, resumindo-o no primeiro capítulo, o escrito que o precedeu. É certo que resolvi modificar neste resumo o meu plano de exposição inicial. Um grande número de pontos antes apenas assinalados são aqui amplamente desenvolvidos, ao passo que outros, já ali completamente desenvolvidos, são agora tão-só mencionados. A história da teoria do valor e do dinheiro, por exemplo, foi posta de lado; mas, em contrapartida, o leitor encontrará nas notas do primeiro capítulo (&ldquo;A Mercadoria&rdquo;) novas fontes para a história desta teoria. Em todas as ciências o início é árduo. O primeiro capítulo, principalmente a parte que contém a análise da mercadoria, será, portanto, um pouco difícil de entender. Naquilo que pertence à análise da substância do valor e da sua quantidade, esforcei-me por tornar a exposição tão clara quanto possível e acessível a todos os leitores (1). (1) Isto pareceu-me ser tanto mais necessário quanto o próprio escrito de F. Lassalle contra Schulze-Delitzsch, na parte onde ele declara dar a &ldquo;quintessência&rdquo; das minhas ideias sobre este assunto, comporta de graves erros. É sem dúvida com um intuito de propaganda que F. Lassalle, sempre evitando indicar a sua fonte, retirou dos meus escritos, quase palavra por palavra, todas as proposições teóricas gerais dos seus trabalhos económicos, sobre o carácter histórico do capital, por exemplo, sobre os laços que unem as relações de produção e o modo de produção, etc., e até mesmo a terminologia por mim criada. Já nada tenho a ver, como é evidente, com os detalhes em que ele entrou nem com os resultados a que foi conduzido e dos quais não tenho aqui que me ocupar. A forma do valor, que no final se converte na forma dinheiro, é qualquer coisa de muito simples. Todavia o espírito humano tem-lhe em vão, desde há mais de 2.000 anos, procurado penetrar o segredo, tendo no entanto conseguido analisar, ao menos aproximativamente, formas bem mais complexas e que escondem um significado mais profundo. E isto porquê? Porque o corpo organizado é mais fácil de estudar do que a célula que dele é o elemento. Por outro lado, a análise das formas económicas não se pode valer do microscópio ou dos reagentes que a química fornece; a abstracção é a única força que lhe pode servir de instrumento (I). Ora, para a sociedade burguesa actual, a forma mercadoria do produto do trabalho, ou a forma valor da mercadoria, é a forma celular económica. A alguém menos instruído, a análise desta forma parece perder-se em minúcias; elas são com efeito e necessariamente minúcias, mas como aquelas com que se depara na anatomia micrológica. (I) Porém, graças a Bronislaw Malinowski, o primeiro etnógrafo do século XX (ao contrário do que frequentemente se afirma, o grande pioneiro dos etnógrafos não é desse século, mas sim do anterior, e chama-se Lewis Morgan), seremos aqui coadjuvados por uma agradável surpresa empírica proveniente das ilhas Trobriand. À excepção daquilo que concerne à forma do valor, a leitura deste livro não apresentará dificuldades. Suponho, naturalmente, leitores que querem aprender algo de novo e,

consequentemente, também pensar por si próprios. O físico, para se dar conta dos processos da natureza, ou bem que estuda os fenómenos onde eles se apresentam da forma mais acusada, e menos obscurecida por influências perturbadoras, ou bem que faz experimentações em condições que lhes garantam (aos fenómenos), tanto quanto possível, a regularidade de andamento. Eu estudo nesta obra o modo de produção capitalista e as relações de produção e de troca que lhe correspondem. A Inglaterra é o local clássico deste tipo de produção. Eis porque eu tomo deste país os factos e os exemplos principais que servem de ilustração ao desenvolvimento das minhas teorias. Mas, caso porventura o leitor alemão se permita um farisaico encolher de ombros a propósito da situação dos operários industriais e agrícolas ingleses, ou se embale com a ideia optimista de que as coisas estão longe de andar assim tão mal na Alemanha, serei então obrigado a bradar-lhe: De te fabula narratur (I). (I) Mutato nomine de te fabula narratur (&ldquo;Olha que mudado o nome é de ti que a história fala&rdquo;). Sátiras de Horácio, livro I, sátira 1, 70. Não se trata aqui do maior ou menor desenvolvimento global dos antagonismos sociais engendrados pelas leis naturais da produção capitalista, mas sim destas leis nelas mesmas, destas tendências (= forças que determinam o movimento de um corpo em certo sentido) que se manifestam e se cumprem com uma necessidade férrea. O país industrialmente mais desenvolvido outra coisa não faz senão mostrar àqueles que o precedem na escala industrial a imagem do seu próprio futuro (I). (I) E assim foi, a seguir desenvolveram-se, como principais concorrentes da Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos. Depois, cerca de 50 anos mais tarde, veio a guerra de disputa pelos mercados mundiais, com Lenine a constatar que, na era do imperialismo, jamais os países menos desenvolvidos economicamente podiam alcançar os da frente, porque estes, armados até aos dentes e convertendo os primeiros em colónias de facto, não o permitiriam. Assim teria sido se as revoluções russa e chinesa não houvessem vingado. Ou seja, entre outras coisas que sucederam no mundo (por exemplo a descolonização política na Ásia e em África), a Rússia e a China, tendo-se libertado do jugo imperialista, puderam abrir os caboucos e lançar as fundações do seu desenvolvimento económico e, como toda a gente sabe, a &ldquo;culpa&rdquo; disso é, em primeiro lugar e com todo o mérito, do próprio Lenine, que dirigiu a revolução socialista de 1917. Hoje também verificamos que boa parte da América Latina e alguns países de outros continentes percorrem a senda do desenvolvimento económico sustentado. Mas, mais uma vez, eles só o fazem na medida em que mandaram e mandam às malvas o decadente imperialismo capitalista. E no que respeita, em particular, às actuais China e Rússia, mesmo os que consideram que o seu actual desenvolvimento económico é apenas fruto da integração no mercado capitalista mundial e do desenvolvimento da produção capitalista interna, esquecendo a sua história recente, a presença duma forte componente económica estatal e outros fenómenos que destoam (em especial no caso da China) duma economia capitalista, mesmo esses, dizíamos, certamente reconhecerão que estes dois países não se encontram hoje sob o jugo do imperialismo &ldquo;ocidental&rdquo;. Mas deixemos de lado estas considerações. No nosso país (a Alemanha), ali onde a produção capitalista assentou pé, por exemplo, nas fábricas propriamente ditas, o estado de coisas é bem de longe pior que na Inglaterra, porque nos falta o contrapeso das leis laborais inglesas. Em todas as outras esferas, somos afligidos, tal como todo o oeste da Europa continental, pelo desenvolvimento da produção capitalista mas também pela falta deste desenvolvimento. Além dos males da época presente, temos de suportar toda uma longa série de males hereditários provenientes do persistente vegetar de modos de produção ultrapassados, com o cortejo de caducas relações políticas e sociais que eles engendram. Temos de sofrer não só da parte dos vivos como ainda da parte dos mortos. Le mort saisit le vif (I)! (I) Em francês no texto original alemão: &ldquo;o morto agarra-se ao vivo!&rdquo;. Comparada à estatística inglesa, a estatística social da Alemanha e do resto do continente é verdadeiramente miserável. Mas, apesar de tudo, ela levanta uma ponta do véu o suficiente para deixar entrever uma cabeça de Medusa. Ficariamos horrorizados com o estado de coisas nos nossos países se os nossos governos e os nossos parlamentos instituísem periodicamente, como em Inglaterra, comissões de estudos sobre a situação económica; se, como em Inglaterra, essas comissões estivessem armadas de plenos poderes para a investigação da verdade dos factos; se conseguíssemos encontrar para o desempenho desta alta função homens tão conhecedores, tão imparciais, tão rigorosos e desinteressados como o são os inspectores de fábricas da Grã-Bretanha, os seus relatores sobre a saúde pública (Public Health), os seus comissários de inquirição acerca da exploração das mulheres e das crianças, das condições de alojamento e de alimentação, etc (I). Perseu servia-se da bruma para perseguir os monstros; nós, para podermos negar a existência das monstruosidades, submergimo-nos por inteiro na bruma, até aos olhos e às orelhas. (I) E também é caso para nos perguntarmos onde é que param, em pleno século XXI, tais comissões e inspectores neste jardim à beira mar plantado. No que em particular diz respeito à Autoridade para as Condições de Trabalho, o elmo de bruma havia de lhe servir, certamente, para se esconder ao fugir das monstruosidades. É preciso que quanto a isto não tenhamos ilusões. Tal como a guerra da independência americana do século XVIII fez soar o sino de alarme para a classe média na Europa (abriu o período das revoluções burguesas), também a Guerra Civil Americana do século XIX tocou a rebate para a classe operária europeia (as condições materiais de vida dos operários europeus eram com frequência piores que as dos próprios escravos norte-americanos). Em Inglaterra, a marcha da mudança social é visível aos olhos de todos; a uma dada fase, esta mudança terá necessariamente as suas repercussões no continente. Então, no seu curso, revestir-se-á de formas mais ou menos brutais ou humanas conforme o grau de desenvolvimento da classe dos trabalhadores. Abstraindo de motivos mais nobres, é pois o seu próprio interesse que impõe, às classes dominantes actuais, a remoção de todos os obstáculos legalmente suprimíveis que possam estorvar o desenvolvimento da classe operária. É com vista a esse fim que eu dei, neste volume, um lugar tão destacado à história, ao conteúdo e aos resultados da legislação inglesa sobre as grandes fábricas. Uma nação pode e deve retirar ensinamentos da história de outra nação. Mesmo quando uma sociedade chega a descobrir a pista da lei natural que preside ao seu movimento &ndash; e o objectivo último desta obra é revelar a lei económica do movimento da sociedade moderna &ndash;; ela não pode nem ultrapassar de um salto nem abolir por decreto as fases do seu desenvolvimento natural; mas pode abreviar o período de gestação e atenuar as dores do parto (I). (I) Não se vislumbram muitos sinais de que os actuais dirigentes do &ldquo;mundo capitalista ocidental&rdquo; sejam sensíveis a tais avisos. A grande maioria deles, se pudesse, faria voltar a situação dos trabalhadores à

&ldquo;estaca zero&rdquo;, destruindo toda a legislação do trabalho. A título de exemplo, no que respeita aos direitos sindicais (e não só), à beira do &ldquo;socialista&rdquo; Sócrates ou da &ldquo;social-democrata&rdquo; Ferreira Leite (em Portugal), o liberal inglês Lloyd George, dos primórdios do século XX, faz figura de &ldquo;perigoso revolucionário&rdquo;. Acresce que, sobretudo graças às telecomunicações, à informática, a ferramentas como os computadores e as &ldquo;linhas de montagem&rdquo; dentro e fora da Net (I), os funcionários públicos podem ser &ldquo;operarizados&rdquo; e proletarizados (II), destruindo-se-lhes para isso, prévia e muito convenientemente, o vínculo público e as carreiras. Mais ainda, sempre graças ao progresso científico-técnico material, independentemente de serem públicos ou privados, e contrariamente ao que sucedia na época de Marx, boa parte do ensino, os cuidados de saúde e vários outros sectores de actividade inscrevem-se, hoje, de facto, na produção, e ainda aqui há, pois, que &ldquo;operarizar&rdquo; e proletarizar. Por conseguinte, também nisto a coisa não melhora, só piora. Para os actuais governantes europeus e demais dirigentes &ldquo;ocidentais&rdquo;, o único desenvolvimento desejável da classe operária é na sua quantidade, juntando à velha classe operária proletarizada agora uma nova (há cerca de três centenas de anos, também os operários não eram assim lá &ldquo;muito proletários&rdquo; e &ldquo;automatizados&rdquo;, mas mais artesãos). Quanto a tudo o resto, o que querem não é o desenvolvimento, é a regressão, o que querem não é novos direitos, mas sim que a esmagadora maioria não tenha quaisquer direitos. Em tudo o resto, eles estão muito, mas mesmo muito atrás de governantes capitalistas como o já mencionado Lloyd George ou o norte-americano Franklin Delano Roosevelt, tão atrás que realizam o prodigioso feito de ir parar à retaguarda do alemão Bismarck e das leis fabris inglesas do século XIX. Posicionam-se a si mesmos, portanto, entre as &ldquo;velharias&rdquo; da história. (I) recorde-se que Marx, no livro II de O Capital, já inclui na produção, enunciando a respectiva equação específica, os transportes tanto de mercadorias como de passageiros, o correio e o telégrafo. Essa equação específica é aplicável a tudo o que é comunicações ou mero transporte. Para a produção audiovisual, de aplicações informáticas, etc., a equação a aplicar é a &ldquo;velhinha&rdquo;, a equação normal para a produção capitalista de mercadorias. (II) Diga-se de passagem, a propósito da &ldquo;operarização&rdquo; e proletarização por meio das ferramentas da informática, que também distribuir computadores &ldquo;Magalhães&rdquo; às crianças é, na perspectiva capitalista, o mesmo que lhes oferecer as colheres de trolha e os tornos mecânicos do futuro. Para evitar possíveis mal-entendidos, uma palavra ainda. Eu não pinte em tons de rosa o capitalista e o proprietário fundiário. Mas não se trata aqui de pessoas senão na medida em que elas são a personificação de categorias económicas, os suportes de interesses e de relações de classes determinadas. O meu ponto de vista, segundo o qual o desenvolvimento da formação económica da sociedade é assimilável à marcha da natureza e à sua história, menos do que qualquer outro poderá tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele socialmente permanece criatura, por muito que possa fazer para delas se desembaraçar. Sobre o terreno da economia política, a investigação livre e científica encontra bem mais inimigos do que nos seus outros campos de pesquisa. A natureza particular do objecto de que trata excita contra ela e traz para o campo de batalha as paixões mais arrebatadas, mais mesquinhas e mais odiosas do coração humano, todas as fúrias do interesse privado. A Alta Igreja de Inglaterra, por exemplo, muito mais facilmente perdoará um ataque a 38 dos seus 39 artigos de fé do que a 1/39 avos dos seus rendimentos. Comparado à crítica da velha propriedade, até mesmo o ateísmo é nos dias de hoje uma culpa levis. No entanto, não se pode aqui ignorar um certo progresso. Bastar-me-á, para tal, remeter o leitor para o livro azul publicado nestas últimas semanas: *Correspondence with Her Majesty's Missions abroad, regarding Industrial Questions and Trade's Unions*. Os representantes no estrangeiro da coroa de Inglaterra expressam aí francamente a opinião de que na Alemanha, na França, em suma, em todos os Estados mais civilizados do continente europeu, uma transformação das relações existentes entre o capital e o trabalho é tão evidente e tão inevitável como na Grã-Bretanha. Ao mesmo tempo, do outro lado do oceano Atlântico, o sr. Wade, vice-presidente dos Estados Unidos da América do Norte, declarava abertamente em diversos meetings públicos que, após a abolição da escravatura, a questão na ordem do dia será a da transformação das relações do capital e da propriedade fundiária. Estes são sinais dos tempos que nem mantos de púrpura nem sotainas negras podem esconder. Não significam que amanhã se vão cumprir milagres. Mas mostram que, mesmo nas classes sociais dominantes, começa a despontar o pressentimento de que a sociedade actual, bem longe de ser um cristal sólido, é um organismo susceptível de mudança e sempre em vias de transformação. O segundo volume desta obra tratará da circulação do capital (livro II) e das formas diversas que ele reveste no curso do seu desenvolvimento (livro III). O terceiro e último volume exporá a história da teoria (livro IV). Todo o juízo inspirado por uma crítica efectivamente científica é para mim bem-vindo. Quanto aos preconceitos daquilo a que se chama a opinião pública, à qual nunca fiz concessões, tenho por divisa, tanto antes como depois, as palavras do grande Florentino: Segui il tuo corso, e lascia dir le genti (I)! Karl Marx Londres, 25 de Julho de 1867. (I) &ldquo;Segue o teu caminho, e deixa dizer a gente&rdquo; Paráfrase de palavras de Dante Alighieri na Divina Comédia, &ldquo;O Purgatório&rdquo;, canto V. POSFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO ALEMÃ Para começar (aviso: este e os três parágrafos seguintes, até à nota sobre S. Mayer, não constam do suplemento ao posfácio da edição francesa), tenho de instruir os leitores da primeira edição alemã sobre as alterações feitas na segunda edição. Salta certamente aos olhos uma divisão mais clara do livro. As notas juntas estão por toda a parte assinaladas como notas à segunda edição. Quanto ao próprio texto, eis o essencial: No capítulo I, 1, a dedução do valor através das equações nas quais todo o valor de troca se expressa foi feita com um maior rigor científico. Do mesmo modo, a relação entre a substância do valor e a determinação da grandeza do valor pelo tempo de trabalho socialmente necessário foi posta expressamente em relevo, ao passo que na primeira edição ela (essa relação) havia sido meramente mencionada. O capítulo I, 3 (&ldquo;Forma do Valor&rdquo;), está completamente remodelado, o que a dupla exposição da primeira edição já impunha. Direi, de passagem, que esta dupla exposição é devida ao meu amigo dr. L. Kugelmann, de Hannover. Encontrava-me em sua casa, de visita, na Primavera de 1867, quando as primeiras provas chegaram de Hamburgo, e ele soube-me convencer de que para a maioria dos leitores uma explicação suplementar, mais didáctica, da forma do valor era necessária. A última parte do capítulo I, &ldquo;O carácter fetiche da mercadoria, etc.&rdquo;,

foi em grande parte modificada. A primeira parte do Capítulo III (&ldquo;Medida dos valores&rdquo;) foi cuidadosamente revista, porque, na primeira edição, fora tratada negligentemente ao remeter para o enunciado já feito em Zur Kritik der politischen O&Ekonomie, Berlim, 1859. O capítulo VII (em particular a segunda parte) foi consideravelmente remodelado. Seria inútil referir em detalhe as modificações que se encontram espalhadas pelo texto e que, com frequência, apenas concernem ao estilo. Elas estendem-se por todo o livro. Entretanto, verifico agora, ao rever a tradução francesa que se está a publicar em Paris, que certas partes do original alemão teriam necessitado, aqui, uma remodelação mais profunda, ali, uma revisão mais vigorosa do estilo, ou, ainda, mais cuidado na eliminação de alguns defeitos que se haja passado por alto. Faltou para isso o tempo, visto que foi só no decurso do Outono de 1871, enquanto me ocupava de outros trabalhos urgentes, que soube que o livro estava esgotado e que a impressão da segunda edição devia começar já em Janeiro de 1872. O abrangente acolhimento que O Capital rapidamente encontrou em vastos meios da classe operária alemã foi a melhor recompensa do meu trabalho. Uma pessoa que no domínio económico representa o ponto de vista burguês, o sr. Mayer, um fabricante vienense, demonstrou muito bem, numa brochura (I) publicada durante a guerra franco-alemã, que o profundo espírito teórico, que passava por ser património alemão, desapareceu por completo nas classes ditas cultas da Alemanha, para, em contrapartida, reviver na sua classe operária. (I) Sigmund Mayer, Die sociale Frage in Wien. Studie eines «Arbeitgebers» (A Questão social em Viena. Estudo dum «Empregador»), Viena, 1871. Na Alemanha, a economia política mantém-se até a esta hora uma ciência estrangeira. Circunstâncias peculiares &ndash; já em grande parte trazidas a lume por Gustav de Gülich na sua História do Comércio, da Indústria, etc., e, mais particularmente, nos dois primeiros tomos dessa obra, publicados em 1830 &ndash; travaram durante muito tempo o progresso da produção capitalista entre nós e, portanto, o desenvolvimento da sociedade moderna, da sociedade burguesa. Por isso, a economia política não foi um fruto do nosso solo; ela veio-nos já toda feita de Inglaterra e de França como um artigo de importação. Os professores alemães permaneceram alunos; ou melhor, nas suas mãos, a expressão teórica relativa às sociedades mais avançadas transformou-se numa colecção de dogmas, por eles interpretados no sentido da sua sociedade mais atrasada e, portanto, interpretados às revessas. Para dissimular a sua situação em falso, a sua falta de originalidade, a sua impotência científica, os nossos confundidos pedagogos ostentaram uma erudição histórica e literária verdadeiramente de luxo; ou, ainda, misturaram aos seus géneros outros ingredientes tirados dessa salganhada de conhecimentos heterogéneos que a burocracia alemã adornou com o nome de Kameralwissenschaften (ciências cameralísticas). Desde 1848, a produção capitalista está cada vez mais enraizada na Alemanha e, hoje em dia, ela já metamorfoseou este dantes aristocrático país de sonhadores num país de fabricantes intrujões. Quanto aos nossos economistas, eles decididamente têm pouca sorte. Enquanto podiam fazer economia política de modo imparcial, faltou-lhes o ambiente social que esta pressupõe. Em contrapartida, quando este ambiente lhes foi dado, as circunstâncias que permitiam o seu estudo imparcial, mesmo sem ultrapassar o horizonte burguês, já tinham deixado de existir. Com efeito, enquanto é burguesa, ou seja, que vê na ordem capitalista não uma fase transitória do progresso histórico, mas antes a forma absoluta e definitiva da produção social, a economia política não pode permanecer uma ciência senão na condição de que a luta de classes se mantenha latente ou apenas se manifeste por fenómenos isolados. Tomemos a Inglaterra. O período em que esta luta não é aí ainda desenvolvida é também o período clássico da sua economia política. O seu último grande representante, Ricardo, é o primeiro economista a conscientemente fazer do antagonismo dos interesses de classe, da oposição entre salário e lucro, lucro e renda, o ponto de partida das suas pesquisas. Este antagonismo, de facto inseparável da própria existência das classes de que a sociedade burguesa se compõe, é por ele (Ricardo) ingenuamente formulado como lei natural, imutável, da sociedade humana. Estava atingido o limite que a ciência burguesa não transporá. A crítica alçou-se diante dele ainda em vida de Ricardo, na pessoa de Sismondi (1). (1) Na edição alemã, ver a minha obra: Contribuição, etc., pág. 37. O período seguinte, de 1820 a 1830, distingue-se em Inglaterra por uma exuberante vitalidade no domínio da economia política. É a época da elaboração da teoria ricardiana, da sua vulgarização e da sua luta contra todas as outras escolas saídas da doutrina de Adam Smith. Dessas brilhantes trocas de argumentos pouca coisa se conhece no continente, encontrando-se a polémica quase toda dispersa por artigos de revista, panfletos e outros escritos de circunstância. A situação à época explica a ingénua candura dessa polémica, se bem que já então alguns escritores não arregimentados fizessem da teoria ricardiana uma arma de ataque contra o capitalismo. Por um lado, a grande indústria mal acabava de sair da infância, pois que não é senão com a crise de 1825 que se inaugura o ciclo periódico da sua vida moderna. Por outro lado, a guerra de classe entre o capital e o trabalho fora remetida para segundo plano: na ordem política, pela luta dos governos e da feudalidade, agrupados em torno da Santa Aliança, contra a massa popular, conduzida pela burguesia; na ordem económica, pelas disputas do capital industrial com a propriedade rural aristocrática, que, em França, se escondiam sob o antagonismo entre a pequena e a grande propriedade, e que, na Inglaterra, rebentaram abertamente com as leis dos cereais. A literatura económica inglesa desta época faz recordar o período de efervescência que se seguiu em França à morte de Quesnay, porém tão-só como o Verão de São Martinho lembra a Primavera. É em 1830 que se dá a crise decisiva. Em França e na Inglaterra, a burguesia assenhoreia-se do poder político. Desde então, tanto na teoria como na prática, a luta de classes assume formas cada vez mais acentuadas, cada vez mais ameaçadoras. Elas tocam o dobre a finados da economia burguesa científica. Doravante, já não se trata mais de saber se tal ou tal teorema é verdadeiro, mas se ele é bem ou mal sonante, agradável ou não à polícia, útil ou pernicioso ao capital. A pesquisa desinteressada dá lugar ao pugilato pago, a investigação conscienciosa, à má consciência e aos miseráveis subterfúgios da apologética. Todavia, os pequenos tratados com os quais a Anti-Corn Law League, sob os auspícios dos fabricantes Bright e Cobden, importunava o público oferecem ainda algum interesse, senão científico, ao menos histórico, por causa dos seus ataques à aristocracia fundiária. Mas a legislação livre-cambista de Robert Peel bem depressa arrancaria à economia vulgar, juntamente com a sua derradeira queixa, também este seu último ferrão. Veio depois a revolução continental de 1848-1849. Ela repercutiu-se na Inglaterra; homens que ainda abrigavam pretensões científicas e desejavam ser mais do que simples sofistas e sicofantas das classes superiores procuraram, então, conciliar a economia política do capital com as

reivindicações do proletariado, que agora entravam em linha de conta. Daí um eclectismo edulcorado, do qual John Stuart Mill é o melhor intérprete. Era na verdade, como tão bem mostrou o grande sábio e crítico russo N. Tchernichevski, a declaração de falência da economia burguesa. Assim, no momento em que na Alemanha a produção capitalista atingiu a sua maturidade, já as lutas de classe, na Inglaterra e em França, haviam manifestado ruidosamente o seu carácter antagónico; e, além disso, o proletariado alemão já possuía uma consciência de classe, teórica, muito mais esclarecida do que a da burguesia alemã. Mal que uma ciência burguesa da economia política parecia, pois, tornar-se entre nós possível, logo ela havia voltado a ser impossível. Os seus corifeus dividiram-se então em dois grupos: os indivíduos mais avisados, ambiciosos, práticos, correram em peso a abrigar-se sob a bandeira de Bastiat, o representante mais banal, portanto o mais bem sucedido, da economia apologética; os outros, todos compenetrados da dignidade professoral da sua ciência, seguiram John Stuart Mill na sua tentativa de conciliar os inconciliáveis. Tal como na época clássica da economia burguesa, também no tempo da sua decadência os alemães permaneceram meros alunos, repetindo a lição, caminhando com os sapatos dos seus mestres, pobres vendedores ambulantes ao serviço de grandes casas estrangeiras. A marcha própria da sociedade alemã excluía, portanto, todo e qualquer desenvolvimento original da economia burguesa, mas já não da sua crítica. Enquanto uma tal crítica represente uma classe, ela não pode representar senão aquela classe cuja missão histórica é revolucionar o modo de produção capitalista e abolir, por fim, as classes &ndash; o proletariado. Os porta-vozes cultos e ignorantes da burguesia alemã tentaram, antes do mais, manter contra O Capital a mesma cabala do silêncio que tão bem lhes havia resultado para os meus escritos anteriores. Logo que esta tática deixou de corresponder às condições actuais, escreveram, a pretexto de criticar o meu livro, instruções «para acalmar a consciência burguesa». Mas tiveram de se haver, na imprensa operária &ndash; vejam-se, por exemplo, os artigos de Joseph Dietzgen no Volksstaat &ndash;; com lutadores mais pujantes do que eles, aos quais, de resto, ainda hoje devem uma resposta (2).

(2) Os arengadores grandiloquentes da economia vulgar alemã apontam defeitos ao estilo e ao método de exposição do meu livro. Ninguém poderá julgar mais severamente do que eu os defeitos literários do Capital. Todavia, para edificação desses senhores e do seu público, citarei aqui duas críticas, uma inglesa, e a outra russa. A Saturday Review, radicalmente oposta aos meus pontos de vista, diz no anúncio da primeira edição alemã do Capital: a sua maneira de as expor «confere, mesmo às questões económicas mais áridas, um fascínio (charm) particular». As Vedomosti (Notícias) de São Petersburgo, no seu número de 20.IV.1872, fazem, entre outros, este reparo: «Salvo alguns raros trechos, que tratam de questões muito especializadas, o autor distingue-se, na sua exposição, pelo modo como põe o seu objecto (de análise) ao alcance de qualquer um, pela sua clareza, e, apesar da elevada esfera científica em que se move, pela extraordinária vivacidade do seu estilo. Neste aspecto, o autor...em praticamente nada se assemelha à maioria dos sábios alemães, que...escrevem os seus livros duma maneira tão obscura e tão seca que os transformam num quebra-cabeças para o comum dos mortais». Contudo a verdade é que, na Alemanha, aos leitores da literatura professoral corrente do nacional-liberalismo alemão o que se lhes quebra não é a cabeça, mas outra coisa bem diferente (1).

(1) Suponho que Marx estar-se-á talvez a referir à quebra dos títulos na bolsa alemã, em finais de 1872. Uma excelente tradução russa do Capital apareceu em São Petersburgo na Primavera de 1872. A edição, de 3.000 exemplares, está hoje quase esgotada. Já em 1871, N. Sieber, professor de economia política na Universidade de Kiev, no seu escrito intitulado: Teoria tsennosti i kapitala D. Ricardo (Teoria do valor e do capital de D. Ricardo), tinha demonstrado que a minha teoria do valor, do dinheiro e do capital, nos seus traços fundamentais, era o desenvolvimento necessário da doutrina de Smith-Ricardo. O que surpreende o europeu ocidental, na leitura deste consciencioso livro, é ver que o autor jamais cede na defesa consequente de um ponto de vista puramente teórico. O método empregue no Capital foi pouco compreendido, a ajuizar pelas opiniões contraditórias que dele se fizeram. Assim, a Revue positiviste de Paris censura-me, simultaneamente, por fazer da economia política, metafísica e &ndash; imagine-se lá! &ndash; por me ter limitado a uma mera análise crítica dos elementos dados, em vez de formular receitas (comtianas?) para as casas de cozinha do futuro. Quanto à acusação de metafísica, eis o que disso pensa o professor N. Sieber: «No que concerne a teoria propriamente dita, o método de Marx é o de toda a escola inglesa, o método dedutivo, cujas vantagens e inconvenientes são comuns aos maiores teóricos da economia política.»

O sr. Maurice Block (3), por seu turno, descobre que o meu método é analítico, e diz mesmo: «Por esta obra, o sr. Marx classifica-se entre os mais eminentes espíritos analíticos.» Já na Alemanha, como é natural, os fazedores de comentários críticos gritam que se trata de sofística de Hegel. O Vestnik Evropy (Mensageiro Europeu), revista russa que se publica em São Petersburgo, num artigo inteiramente consagrado ao método do Capital (Maio de 1872, págs. 427-436 (1)), declara que o meu processo de investigação é rigorosamente realista, mas que o meu método de exposição, infelizmente, obedece à maneira dialéctica alemã.

(3) Em «Os teóricos do socialismo na Alemanha», extracto (ou resumo) no Journal des économistes, Julho-Agosto, 1872, pág. 7. (1) O artigo, «A perspectiva da crítica político-económica em Marx», é de I. Kaufmann. «À primeira vista &ndash; diz-se no artigo &ndash;; a ajuizar pela forma exterior da exposição, Marx é um idealista convicto, e no sentido alemão, isto é, no mau sentido da palavra. Porém, de facto, ele é infinitamente mais realista do que qualquer um dos que o precederam no campo da economia crítica...Não se pode já, de maneira nenhuma, considerá-lo como um idealista.» Melhor não saberei responder ao autor russo do que com alguns extractos da sua própria crítica, que podem, de resto, interessar àqueles dos meus leitores que não têm a possibilidade de aceder ao original russo. Após uma citação retirada do meu prefácio à Crítica da Economia Política (Berlim, 1859, págs. IV-VII), onde discuto a base materialista do meu método, o autor continua assim: «Uma única coisa preocupa Marx: encontrar a lei dos fenómenos que ele estuda, mas não tão-só a lei que os rege para a sua forma fixa e na conexão que lhes é observável durante um dado período de tempo. Não, o que lhe importa, acima de tudo, é a lei da sua mudança, do seu desenvolvimento, ou seja, a lei da sua passagem de uma forma à outra, duma ordem de conexões a outra. Uma vez que ele já expôs esta lei, examina em detalhe os efeitos pelos quais ela se manifesta na vida social...Assim, portanto, Marx não se inquieta senão com uma coisa: demonstrar por meio duma investigação, rigorosamente científica, a necessidade de determinadas ordens de relações sociais e, tão exactamente quanto possível, averiguar os factos que lhe servem de partida e de apoio.

Efectivamente é suficiente que ele demonstre, ao mesmo tempo que a necessidade da organização actual, a necessidade duma outra organização à qual a primeira deve inevitavelmente passar, quer a humanidade o creia ou não, quer disso ela tenha ou não consciência. Ele encara o movimento social como um encadeamento natural de fenómenos históricos, um encadeamento sujeito a leis que não só são independentes da vontade, da consciência e dos desígnios do homem, mas que também, ao invés, lhe determinam a vontade, a consciência e os desígnios... Se o elemento consciente desempenha um papel tão secundário na história da civilização, é evidente que a crítica, cujo objecto é a própria civilização, não pode ter por base nenhuma forma da consciência nem nenhum facto da consciência. Não é a ideia, mas tão-só o fenómeno exterior que lhe pode servir de ponto de partida. A crítica limita-se a comparar, a confrontar um facto, não com uma ideia, mas com um outro facto; ela apenas reclama que os dois factos tenham sido observados tão exactamente quanto possível e que, na realidade, constituam, relativamente um ao outro, duas fases diferentes de desenvolvimento; e, acima de tudo, exige que a série dos fenómenos, a ordem na qual eles aparecem como sucessivas fases de evolução, seja estudada com não menos rigor. Mas, poder-se-á aqui dizer, as leis gerais da vida económica são unas, sempre as mesmas, quer elas se apliquem ao presente ou ao passado. Todavia é precisamente isso o que Marx contesta; para ele tais leis abstractas não existem... Pelo contrário, cada período histórico, segundo ele, tem as suas próprias leis... logo que a vida abandonou um dado período de desenvolvimento, assim que ela passa duma fase a outra, começa também a ser regida por outras leis. Numa palavra, a vida económica apresenta no seu desenvolvimento histórico os mesmos fenómenos que encontramos noutros ramos (I) da biologia... Os velhos economistas iludiam-se sobre a natureza das leis económicas quando as comparavam às leis da física e da química... Uma análise mais aprofundada dos fenómenos mostrou que os organismos sociais se distinguem tanto uns dos outros quanto os organismos animais e vegetais... Mais ainda, um só e mesmo fenómeno obedece... a leis completamente diferentes logo que a estrutura total dos seus organismos difere, logo que os seus órgãos particulares sofrem variações, logo que as condições em que eles funcionam venham a mudar, etc. Marx nega, por exemplo, que a lei da população seja a mesma em todos os tempos e em todo o lugar. Ele afirma, pelo contrário, que cada época económica tem a sua própria lei de população... Segundo as diferenças do nível de desenvolvimento da força produtiva, as relações sociais mudam da mesma forma que as suas leis reguladoras. Ao colocar-se nesta perspectiva para examinar e explicar a ordem económica capitalista, Marx mais não faz do que formular duma maneira rigorosamente científica a tarefa que é imposta a todo o estudo exacto da vida económica... O valor científico particular dum tal estudo consiste em explicitar as leis que regem a nascença, a vida, o crescimento e a morte de um organismo social dado, e a sua substituição por um outro que lhe é superior; e é este precisamente o valor que a obra de Marx possui. (I) É óbvio que I. Kaufmann, o autor deste comentário, está aqui a empregar o termo &ldquo;biologia&rdquo; no senso latíssimo de &ldquo;ciências da vida&rdquo;, abarcando, assim, a economia política, e não com o sentido actual. Todavia, por outro lado, é de sublinhar que a sociedade económica burguesa é de facto composta por &ldquo;microrganismos&rdquo; cujo agir social é cego, inconsciente. Ao definir aquilo a que ele chama o meu método de investigação, com tanto acerto e, no que toca à aplicação que eu dele fiz, com tanta benevolência, que outra coisa, pois, definiu o autor que não fosse o método dialéctico? Por certo, o procedimento de exposição deve distinguir-se formalmente do procedimento de investigação. À investigação compete apropriar-se da matéria em todos os seus detalhes, analisar-lhe as diversas formas de desenvolvimento e descobrir-lhes o seu nexó íntimo. Uma vez cumprida esta tarefa, mas tão-só então, o movimento real pode ser exposto no seu todo. Se isto (a exposição do movimento real no seu todo) se consegue de maneira a que a vida da matéria se reflecta na sua reprodução ideal, esta mesma visão ideal pode fazer crer que se está perante uma construção a priori. O meu método dialéctico não só difere pela base do método hegeliano como lhe é, até, o exacto oposto. Para Hegel, o movimento do pensamento, que ele personifica sob o nome da Ideia, é o demiurgo da realidade, mais não sendo esta do que a forma fenomenal da Ideia. Para mim, ao invés, o movimento do pensamento mais não é que o reflexo do movimento real, transmitido e transposto no cérebro do homem. Critiquei o lado místico da dialéctica hegeliana há já perto de trinta anos, numa época em que ela ainda estava na moda. Mas, na mesma altura em que eu redigia o primeiro volume do Capital, os epígonos embirrentos, pretensiosos e medíocres que hoje em dia ditam a lei na Alemanha culta compraziam-se a tratar Hegel como o bravo do Moïse Mendelssohn, no tempo de Lessing, havia tratado Spinoza, ou seja, como «cão morto». Declarei-me, por isso, abertamente discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre a teoria do valor, cheguei mesmo até a, de vez em quando, coquetear com a sua maneira peculiar de se exprimir. Embora Hegel, em virtude do seu quiproquó, desfigure a dialéctica pelo misticismo, tal não impede que ele tenha sido o primeiro a expô-la no seu movimento de conjunto. Nele, ela anda de pernas para o ar; portanto, basta-nos repô-la com os pés sobre a terra para lhe acharmos uma fisionomia perfeitamente racional. Sob o seu aspecto místico, a dialéctica transformou-se em moda na Alemanha, visto que ela parecia glorificar as coisas existentes. No seu aspecto racional, ela é um escândalo e uma abominação para as classes dirigentes e os seus ideólogos doutrinários, porque, na conceitualização positiva das coisas existentes, ela inclui igualmente a compreensão da sua negação inevitável, da sua necessária destruição; porque ao seguir o próprio fluir do movimento, do qual toda a forma realizada mais não é que uma configuração transitória, nada se lhe pode impor; porque ela é essencialmente crítica e revolucionária. O movimento contraditório da sociedade capitalista faz-se sentir ao burguês prático, da maneira mais impressiva, pelas vicissitudes da indústria moderna ao longo do seu ciclo periódico, cujo ponto culminante é a crise geral. Nós já estamos a senti-la no retorno dos seus estádios preliminares; de novo, portanto, ela se aproxima; e, pela universalidade do seu campo de acção e a intensidade dos seus efeitos, ela vai fazer entrar a dialéctica na cabeça mesmo aos trapaceiros que pululam como cogumelos no novo Santo Império prusso-alemão. Karl Marx Londres, 24 de Janeiro de 1873.